



Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020



Junho 2021



Naturnorte – Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M.S.A.

Sede: Vereda do Passinho, nº2, 9240-039 São Vicente

Capital Social: 85 000,00 Euros

Número de Identificação Fiscal: 511 086 040

Matriculada sob o nº 51/19960904

Documento Elaborado pelo
Conselho de Administração da

Naturnorte – Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M.S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2020

1. Introdução
2. Caraterização da Empresa
3. Atividade
4. Análise Económica e Financeira
5. Perspetivas Futuras
6. Considerações Finais

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020

7. Demonstrações Financeiras
8. Anexo às Demonstrações Financeira
9. Relatório e Parecer do Fiscal Único
10. Certificação Legal de Contas

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução

Com o encerramento de mais um exercício, as empresas têm que elaborar os seus Relatórios de Gestão e Prestação de Contas. Neste sentido, o Conselho de Administração da Naturnorte, no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o Relatório de Gestão e Prestação de Contas e respetivos anexos referentes ao exercício de 2020.

Como tal, o presente relatório foi redigido ao abrigo dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, onde se inclui a exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Naturnorte, procedendo, por isso, a uma análise global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas resultantes desta atividade.

Assim, este documento apresenta-se, essencialmente, constituído por duas partes:

- a) Um relatório onde é apresentada a atividade e o desempenho da Naturnorte e o contexto em que a mesma foi desenvolvida;
- b) As contas da empresa, apresentadas em mapas contabilísticos específicos, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Mapa de Fluxos de Caixa, Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados.

Posto isto, conclui-se, pelo pressuposto, que o presente documento expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte.

2. Caracterização da Empresa

2.1. Caracterização da Empresa

A Naturnorte – Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M., S.A. é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal e sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada do tipo anónima que usufrui de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Possui sede social no Sítio do Pé do Passo e um capital social no montante de oitenta e cinco mil euros, representado por dezassete mil ações com o valor nominal de cinco euros cada, todas subscritas e realizadas em dinheiro e em espécie, totalmente pertencentes à Câmara Municipal de São Vicente.

A empresa fundamenta a sua atividade e funcionamento de acordo com o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, respetivos estatutos, princípios aplicáveis às sociedades comerciais e subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

Posto isto, a Naturnorte é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral que tem por objeto:

- a) A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação e da cultura, designadamente a gestão das Grutas e Centro do Vulcanismo de São Vicente e desenvolvimento de atividades e prestação de serviços culturais e educacionais nos mesmos ou em outros equipamentos coletivos que a empresa venha a promover e/ou gerir;

b) A promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público no concelho de São Vicente.

É importante referir que se incluem, ainda, no objeto da Naturnorte a promoção e a realização, isolada ou conjuntamente com outras entidades, de projetos e ações na área da cultura e da educação ambiental e de conservação da natureza, designadamente a elaboração e execução de projetos e ações direcionados para o conhecimento, a valorização e a conservação da geodiversidade e da biodiversidade locais. Por fim, acresce mencionar que a empresa poderá exercer complementarmente outras atividades de interesse público relacionadas com o seu objeto principal, no domínio de atribuições específicas a definir pelo Município de São Vicente.

Conclui-se, portanto, que a empresa tem como atividade central a exploração das Grutas e Centro do Vulcanismo de São Vicente inauguradas no dia um de outubro de mil novecentos e noventa e seis e a gestão e exploração do Autosilo – Parque de Estacionamento da Vila de São Vicente.

Acresce mencionar que a Naturnorte mantém um compromisso com todos os que estão na génese e essência da sua criação e prossecução. Neste sentido, a partilha da Missão, Visão e Valores com todas as pessoas que com a empresa colaboram, tem sido um fator importante para alcançar a excelência de resultados. Assim a Naturnorte – Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M.S.A., tem como **visão** ser uma referência no setor público da região e no ramo da prestação de serviços e gestão de equipamentos. No que à **missão** diz respeito, a empresa pretende contribuir



para a eficiência do setor público e garantir soluções eficazes na prestação de serviços, promovendo, por isso, a satisfação dos nossos clientes e sociedade em geral, sob o ponto de vista, económico, social e ambiental. Por fim, no que se refere aos **valores**, pretende-se o seguinte:

- **Respeito pelo Cliente** – Prestação de serviços de qualidade e atendimento às suas necessidades.
- **Ética** – Atuando com transparência, rigor, competência, verdade e lealdade.
- **Excelência** – Exigindo o melhor de todos os colaboradores de forma a satisfazer e antecipar as necessidades e expectativas dos clientes, procurando melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados.
- **Responsabilidade** – Respeitando os princípios de desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável, procurando contribuir para a coesão social, o respeito pelos direitos humanos e a defesa do ambiente e dos cidadãos.
- **Eficiência** – A Naturnorte propõe-se a cumprir as suas responsabilidades e a alcançar os seus objetivos gerindo de forma correta os recursos disponíveis. Assume como preocupações centrais o controlo da despesa pública, no quadro de uma gestão por resultados e do aumento da produtividade dos serviços.
- **Aprendizagem e Desenvolvimento** – A motivação e a valorização dos colaboradores são condições indispensáveis para o crescimento de toda a organização.

2.2. Identificação dos Órgãos Sociais

Os novos órgãos sociais da Naturnorte foram eleitos no dia dezanove de junho de dois mil e vinte, para o quadriénio 2020-2024, sendo de seguida identificados:

a) Mesa da Assembleia Geral

- I. Presidente: José António Gonçalves Garcês
- II. Secretária: Rosa Maria Rodrigues Castanho dos Santos

b) Conselho de Administração

- I. Presidente: Fernando Simão de Góis
- II. Vice-Presidente: Jhenny Lady Pinto Figueira
- III. Vogal: Jhony José da Costa Fernandes

c) Fiscal Único

- I. Efetivo: Fortunato & Rafael – Sociedade de Revisores Oficiais de Conta, Lda.
- II. Suplente: António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato

É importante referir que a Câmara Municipal de São Vicente adquiriu a percentagem das ações da Naturnorte pertencentes à Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira - AMRAM, sendo por isso, neste momento a única entidade pública participante/acionista.

Membros Executivos do Conselho de Administração

2.2.1. Competências

As competências do Conselho de Administração estão genericamente definidas no artigo 15º dos Estatutos da empresa e no artigo 405º do Código das Sociedades Comerciais, que define de igual forma as competências específicas do Presidente do Conselho de Administração (artigo 395º).

2.2.2. Síntese Curricular

Presidente do Conselho de Administração - Fernando Simão de Góis

– Formação Académica

Certificado em Analista Financeiro Europeu (Certified European Financial Analyst - CEFA), em EFFAS - The European Federation of Financial Analysts Societies (dezembro de 2015).

Pós-Graduação em Análise Financeira no IDEFE - ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão (dezembro de 2014).

Licenciatura em Gestão, na Universidade da Madeira (junho de 2009).

Técnico Oficial de Contas (TOC) nº 69636.

Bachelor em Gestão de Empresas no ISAL - Instituto Superior de Administração e Línguas (julho de 2001).

– Atividade Profissional Atual

Vice-Presidente (Vereador) na Câmara Municipal de São Vicente.

Presidente do Conselho de Administração da Naturnorte - Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M.S.A., em representação do acionista maioritário - Câmara Municipal de São Vicente.

– Atividade Profissional Anterior

Consultor de Apoio Direto - PIAMI9/ACIF (2009 - 2010).

Subdiretor (Subgerente) de Balcão no Banco Santander Totta, S.A. (2003 - 2013).

Gestor de Particulares no Banco Santander Totta, S.A. em São Vicente (2002 - 2003).

Assistente Comercial no Banco Santander Totta, S.A. em São Vicente (1999 - 2002).

Gestor de Stocks e F&B na Estalagem do Mar, São Vicente (01/07/1999 - 31/10/1999).

Vice-Presidente do Conselho de Administração - Jhenny Lady Pinto Figueira

– Formação Académica

Pós-Graduação em Recursos Humanos no ISAL - Instituto Superior de Administração e Línguas (julho de 2015).

Pós-Graduação em Neuroeducação no Instituto Português de Psicologia e Outras Ciências (dezembro de 2014).

Mestrado em Psicologia da Educação na Universidade da Madeira (junho de 2014).

Licenciatura em Psicologia na Universidade da Madeira (junho de 2012).

– Atividade Profissional Atual

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Naturnorte - Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M.S.A., que assume as funções de administradora executiva e tempo integral.

Deputada Municipal na Câmara Municipal de São Vicente.

Comissária na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Vicente.

– Atividade Profissional Anterior

Psicóloga na Escola Básica e Secundária D^a Lucinda Andrade (2013-2014).

Vogal do Conselho de Administração - Jhony José da Costa Fernandes

– **Formação Académica**

Licenciatura em Contabilidade e Finanças no ISAL - Instituto Superior de Administração e Línguas (junho de 2013).

Curso Profissional de Técnico de Contabilidade na DTIM (maio de 2009).

– **Atividade Profissional Atual**

Assistente Comercial no Banco Santander Totta, S.A. na Calheta.

Vogal do Conselho de Administração da Naturnorte - Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M.S.A., sendo administrador a tempo parcial.

– **Atividade Profissional Anterior**

Escriturário 3ª - Aprovisionamento na Tecnovia Madeira, S.A. (10/2010 - 04/2012 e 08/2014 - 01/2015).

Assistente Comercial no Banco Santander Totta, S.A. no Funchal (07/2006 - 11/2006), na Ribeira Brava (07/2007 - 08/2007), em São Vicente (09/2007 - 10/2007), no Funchal (10/2007 - 02/2008 e 03/2009 - 05/2009), em São Vicente (04/08/2009 - 28/08/2009).

2.2.3. Reuniões

No decurso do ano transato o Conselho de Administração efetuou um total de nove reuniões ordinárias, das quais é possível discriminar os pontos das ordens de trabalho:

- Contratação de colaboradores;

- Continuidade das áreas de Medicina do Trabalho e Higiene e Segurança no Trabalho;
- Procedimento para aquisição de serviços de promoção da empresa;
- Deliberação sobre a aquisição de apoio técnico e especializado para a realização de um diagnóstico do interior das Grutas de São Vicente;
- Deliberação de medidas específicas para os colaboradores de redução ou suspensão da prestação de trabalho.

Salienta-se que no decorrer dos anos anteriores o Conselho de Administração realizava uma reunião por mês, no entanto no ano de dois mil e vinte tal não foi possível, uma vez que o país, devido à pandemia da Covid-19, teve um período de confinamento (entre Março e Maio).

2.2.4. Estatutos Remuneratórios dos Órgãos Sociais

É primordial realçar que nenhum membro da Assembleia Geral auferir qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

No que diz respeito aos membros do Conselho de Administração, apenas um membro auferir remuneração pelo exercício, sendo a Vice-Presidente quem assume funções remuneradas e as mesmas limitadas ao valor da remuneração do vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de São Vicente, sendo tal facto, também, previsto nos Estatutos da Naturnorte (artigo 19º).

No *Quadro 1 - Remuneração dos membros do Conselho de Administração* é possível visualizar uma comparação entre os anos de 2014 a 2020 acerca das remunerações auferidas pelo Conselho de Administração. Nota-se uma redução entre 2014 e 2015 na

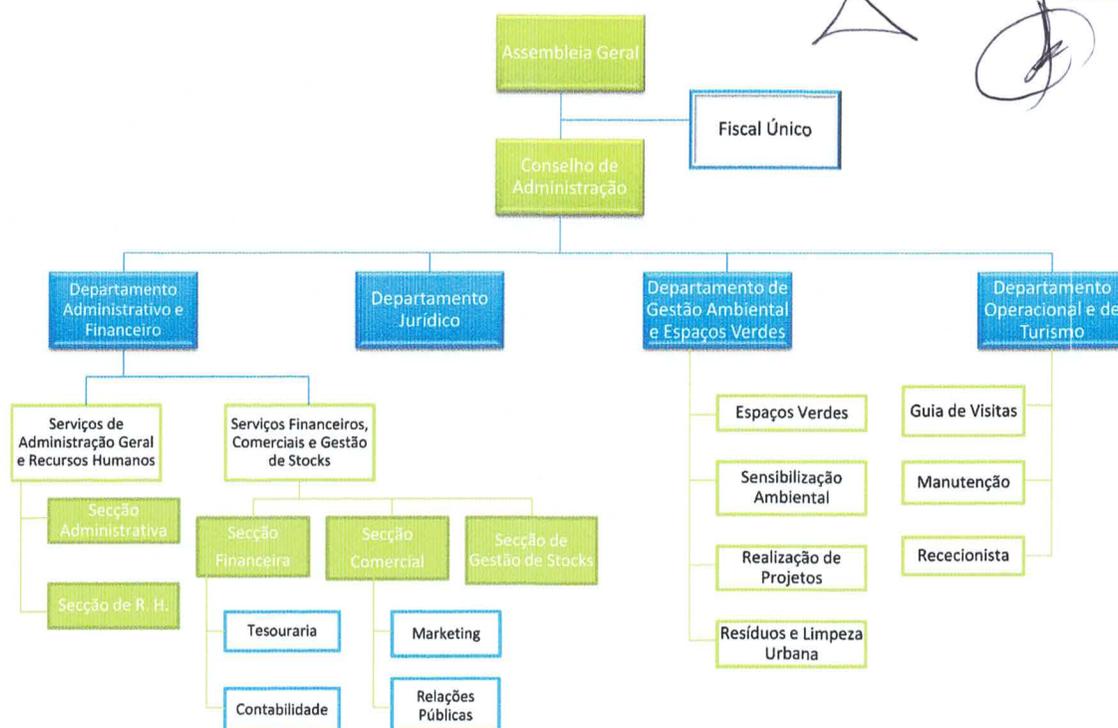
ordem dos 34% que se deve essencialmente ao facto de nos anos anteriores dois dos membros do Conselho de Administração auferirem rendimentos. Já de 2015 para 2016 houve um acréscimo de aproximadamente 15%, uma vez que o mandato do Conselho de Administração atual só se iniciou em março de 2015. Entre os anos de 2016 e 2019 ocorreram variações resultantes de acertos legais. De 2019 para 2020 ocorreu um decréscimo na ordem dos 25%, fruto do gozo da licença de parentalidade.

Ano	Remuneração do Conselho de Administração
2014	49 075,14€
2015	32 428,24€
2016	37 436,01€
2017	37 911,92€
2018	37 969,06€
2019	37 898,55€
2020	28 406,82€

Quadro 1 - Remuneração dos membros do Conselho de Administração

Acresce referir que, atualmente, o técnico Oficial de Contas responsável pela informação contabilística da Naturnorte é o Dr. Carlos Medeiros, da sociedade Francisco Medeiros – Contabilidade Unipessoal, Lda.

Quanto à sua organização interna, a Naturnorte estrutura-se nos termos do seguinte organograma:



Tendo em conta o organograma apresentado, o processo de decisão empresarial da empresa assenta no exercício das respetivas competências legais e estatutárias pelo Conselho de Administração sempre coadjuvado pelos diversos departamentos que lhe prestam apoio nas respetivas áreas de competência especializada.

2.3. Caracterização dos Recursos Humanos

Findo o ano de dois mil e vinte, o total do Quadro de Pessoal era de 29 colaboradores, contudo vinte e quatro colaboradores encontravam-se inativos, uma vez que um deles se encontra de baixa médica por doença prolongada e os restantes vinte e três colaboradores se encontram em regime de lay-off, conforme se apresenta no *Quadro 2 – Evolução dos Colaboradores da Naturnorte*. É importante mencionar que dos cinco colaboradores ativos, quatro deles encontram-se com redução horária na prestação de serviços (oito horas semanais). O recurso à suspensão e/ou redução da prestação de trabalho decorreu de motivos económicos e financeiros, mais concretamente da

quebra abrupta de receitas provocada pela Pandemia da COVID 19, que reduziu drasticamente o número de visitantes, bem como do encerramento forçado das grutas no seguimento das consequências provocadas pelo sismo de magnitude de 5,3 da escala de Richter ocorrido no dia 07.03.2020, na instabilidade dos túneis lávicos.

Colaboradores	Efetivos	Ativos	Inativos	
			Quantidade	Peso%
31-12-2019	29	26	3	- 10,34
31-12-2020	29	5	24	- 82,76

Quadro 2 – Evolução dos Colaboradores da Naturnorte

O *Quadro 3 – Função dos Colaboradores da Naturnorte*, ilustra a distribuição de funções que cada colaborador ativo mantém na Naturnorte. O Conselho de Administração considerou que estas funções são primordiais manterem-se em funcionamento, ainda que condicionado, no caso do Autosilo, para os colaboradores que lá laboram (oito horas semanais), uma vez que o mesmo se encontra aberto ao público. No caso do colaborador que exerce funções na jardinagem foi considerado importante que este tivesse uma carga horária a tempo inteiro e manter os espaços envolventes sempre limpos e cuidados, uma vez que mesmo estando a atividade encerrada, os jardins são visitados por muitas pessoas. Além deste fator este colaborador exerce ainda funções no Solar da Ribeira Seca. A funcionária da limpeza e o eletrotécnico/manutenção mantêm funções nos três espaços, com uma carga horária de oito horas semanais

Função	2019	2020
Administrativa	1	0
Acompanhante de Visitantes	12	0
Eletrotécnico	1	1
Jardineiros	6	1
Limpeza	2	1
Operador de Estacionamento	1	1
Assessora de Comunicação	1	0
Rececionista	1	1
Engenheiro Florestal	1	0
Técnico de Turismo	1	0
Total	27	5

Quadro 3 – Função dos Colaboradores da Naturnorte

O Gráfico 1 ilustra, a trinta e um de dezembro, a faixa etária dos colaboradores que se encontram ativos.



Gráfico 1 – Faixa etária dos Colaboradores



2.3.2. Formação Profissional

A empresa pretende acompanhar os meios humanos de forma a permitir a deteção das necessidades de formação da equipa. É, assim, elaborado continuamente um plano de formação que melhora a qualidade do trabalho e do serviço apresentado aos clientes. É intenção da empresa disponibilizar um serviço de excelência com um espaço de descontração onde todos os serviços funcionem harmoniosamente e proporcionem tranquilidade àqueles que deles usufruem. Esta ambição só é alcançável se a equipa estiver formada a todos os níveis, desde os básicos, como higiene, segurança e simpatia, aos mais especializados como comunicar fluentemente noutros idiomas, gestão de incidentes, entre outros. Importa referir que a existência de uma equipa qualificada e altamente motivada é fundamental para o cumprimento dos objetivos da empresa.

No entanto devido à pandemia que condicionou a atividade da empresa e como a maioria dos colaboradores se encontram em regime de lay off, a Naturnorte não elaborou nenhum plano de formação no ano transato.

2.3.3. Responsabilidade Social

As empresas têm uma responsabilidade social importante, devendo funcionar como promotores do desenvolvimento sustentável das sociedades onde se integram. Esta responsabilidade deverá integrar preocupações sociais a nível pessoal e comunitário.

A Responsabilidade Social das Empresas (RSE) deverá fazer parte da estratégia de qualquer empresa e de qualquer setor de atividade, incluindo as pequenas e médias

empresas. É importante salientar que o que se entende por RSE não se limita ao que é exigido por lei relativamente às condições de trabalho e proteção do Ambiente, devendo ir para além disso e abranger ações voluntárias que contribuam para o desenvolvimento da sociedade através da educação, cultura e melhoria das condições de vida, por exemplo.

Neste sentido, a Naturnorte celebrou com uma jovem do município um programa de trabalho temporário (200 horas), de forma a lhe proporcionar uma experiência de trabalho/estágio diferente e abranger, assim, a comunidade envolvente.

3. Atividade

3.1. Enquadramento

O Turismo atravessa um dos maiores desafios da sua história devido aos impactos trazidos pela pandemia COVID-19. Com efeito, a pandemia teve fortes impactos muito significativos na sociedade em geral, na atividade económica e, em particular no turismo, com restrições sensíveis em termos de mobilidade dos turistas, conectividade e acesso a recursos e serviços turísticos.

Foi estimado pela OCDE que para 2020 o PIB mundial deverá ser 4,5%, inferior ao verificado no ano anterior, contrariando uma década de crescimento (de 3,7% em média de 2010 a 2019), afectando todas as economias mundiais, em consequência deste surto pandémico.

Para a economia portuguesa é esperada uma redução do PIB de 7,6% em 2020, consequência do impacto das medidas de mitigação nacionais e consequente acentuada redução da procura interna (em particular no 2º trimestre), conjugada com a redução da procura pelos mercados externos.

A forma da Naturnorte estar nos negócios reflete o seu compromisso com a criação de valores, um princípio partilhado pela empresa e pela sociedade a curto, médio e longo prazo. Acredita-se que um crescimento próspero e sustentado passa por apostar no desenvolvimento dos colaboradores da empresa, na criação e partilha de conhecimento, na promoção da inovação e, naturalmente, no envolvimento com a comunidade.

A segurança é fundamental na empresa, em relação às instituições em si e aos próprios clientes. É *controlado*, continuamente, a *qualidade das visitas*, de modo a garantir os melhores níveis de eficiência, bem como identificar quaisquer desafios que possam surgir. Esta forma de atuação permite implementar rapidamente as alterações necessárias e divulgar as melhores práticas.

Contudo, está patenteado um futuro repleto de desafios, não só pela conjuntura que vivemos atualmente, onde existem muitas incertezas no setor da saúde, o que colide diretamente com a vinda de turismo, mas também pelas obras de manutenção que temos que realizar, tanto no interior das Grutas de São Vicente, como no exterior do complexo. No entanto, esperamos um futuro de oportunidades e de novas descobertas do ramo turístico, uma vez que a convicção que a inovação nos negócios é o ingrediente essencial para o seu crescimento e sucesso a longo prazo.

É importante referir que a atividade desenvolvida pela Naturnorte tem por base critérios de eficácia muito concretos determinados através dos objetivos estratégicos estabelecidos para uma maior rentabilização e sustentabilidade financeira, nomeadamente: a prática de uma **gestão comedida** onde se verifique uma atividade económico-financeira estável; conferir um ambiente interno de qualidade que promova a **produtividade** e o **crescimento** sustentável, através da promoção da eficiência na utilização dos recursos disponíveis, não obstante da **qualidade** do serviço prestado; e, por último, o desenvolvimento de uma cultura e práticas de **sustentabilidade** interna.

3.2. Áreas de Intervenção

No decurso do ano transato, a Naturnorte manteve a gestão do Parque de Estacionamento - Autosilo de São Vicente e das Grutas e Centro do Vulcanismo de São Vicente (até ao dia 16 de Março).

3.2.1. Grutas e Centro do Vulcanismo de São Vicente

É importante relembrar que o Conselho de Administração da Naturnorte, após análise ao contrato celebrado a 21 de Janeiro de 2005, aditado a 11 de Junho de 2008 com a SDNM – Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., deliberou não prorrogar o mesmo, uma vez que o n.º 1 da cláusula 2.ª do contrato em causa, com a redação decorrente do aditamento, a qual prorrogou a data de duração do contrato inicialmente estipulada, determinava que o mesmo cessava, por caducidade a 31 de Dezembro de 2015 e que, nos termos do n.º 3 da referida cláusula em vigor, a

prorrogação dependia do acordo de ambas as partes. Contudo, a situação encontra-se contingente, uma vez que o Centro do Vulcanismo continua a ser propriedade da SDNM, tendo apenas a Naturnorte assumido, até ao momento, as despesas diárias de manutenção (limpeza, substituição de luzes fundidas, pagamento de eletricidade, aquisição de óculos em 3D).

É importante referir que ao longo dos anos anteriores foram realizadas diversas reuniões e diligências no sentido de ser resolvida esta contingência, mas devido às sucessivas alterações no Conselho de Administração da SDNM não foi possível resolver a mesma. A intervenção do Conselho de Administração, apesar das contingências e limitações orçamentais, passou inicialmente por definir objetivos estratégicos de modo a promover a empresa.

Acresce mencionar que a visita às Grutas e Centro do Vulcanismo constitui uma viagem ao centro da terra, onde se pode tomar conhecimento da sua dinâmica e beleza, através da junção do natural e da animação virtual, constituindo-se nas grutas mais visitadas em Portugal. Por tais razões, é premente a constante monitorização da qualidade e personalização do serviço prestado.

O volume de faturação referente aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2020 correspondeu não só à gestão e exploração do complexo, como também, da exploração da loja de souvenirs, do bar e das rendas provenientes do serviço de fotografia (renda mensal fixa de 360,00€ e renda mensal variável de 2,05€ - por cada fotografia vendida, acrescendo em ambos os valores IVA). Quanto às Grutas e Centro

do Vulcanismo de São Vicente, a sua receita corresponde, essencialmente, à comercialização de ingressos, classificados de acordo com as seguintes situações:

- **Bilhete de Adulto/Normal:** a venda deste bilhete a adultos dá acesso a ambas as atrações, tendo um custo de 8 euros por pessoa;
- **Bilhete Júnior:** a venda deste bilhete a crianças/jovens (entre os 5 e 14 anos) dá acesso a ambas as atrações, tendo um custo de 6 euros por criança;
- **Bilhete Sénior:** a venda deste bilhete a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos dá acesso a ambas as atrações, tendo um custo de 6 euros por pessoa;
- **Bilhete de Grupo:** a venda deste bilhete a grupos com mais de 15 pessoas dá acesso a ambas as atrações, tendo um custo de 6 euros por pessoa;
- **Bilhete Unitário:** a venda deste bilhete a qualquer faixa etária dá acesso a apenas uma atração, tendo um custo de 6 euros;
- **Bilhete de Agência:** a venda deste bilhete a agências turísticas dá acesso a ambas as atrações, tendo um custo de 5 euros por pessoa;
- **Bilhete para Escolas/Associações:** a venda deste bilhete a escolas/associações dá acesso a ambas as atrações, tendo um custo de 3 euros por pessoa.

Pelo exposto acima, podemos concluir que a Naturnorte tem como principal atividade a exploração do complexo das grutas Naturais de São Vicente, constituindo esta exploração a sua principal fonte de receitas. Na verdade, a Naturnorte exerce a sua atividade no setor do turismo, sendo certo que as suas receitas advêm quase exclusivamente das entradas dos visitantes (maioritariamente turistas) no Complexo das Grutas Naturais de São Vicente. Desde abril de 2020 que a empresa não obtém quaisquer receitas de bilheteira, por ter ocorrido uma quebra abrupta e total dos visitantes, causada pelas medidas de combate à propagação a infeção da Covid-19.



3.2.2. Autosilo

Relativamente ao Autosilo, foram realizados alguns investimentos com o intuito de tornar a sua exploração rentável, nomeadamente, apresentação e divulgação das vantagens de estacionar em um parque de estacionamento coberto e a prática de uma gestão mais equilibrada e estável, no que diz respeito à utilização dos recursos disponíveis. Contudo é importante realçar que os dois colaboradores que laboram no parque de estacionamento encontram-se com redução horária de prestação de serviços, completando cada um deles oito horas semanais.

3.2.3. Comboio Turístico

Foi cedido a título temporário à empresa municipal, a fim de se apurar a sua viabilidade em consonância com o objeto social da Naturnorte um comboio turístico. Durante o período experimental este projeto configura um acréscimo excecional da atividade da empresa que justificou a admissão de um novo funcionário face à inexistência de recursos humanos habilitados para o efeito. Foi, assim, definido que o comboio realizasse dois passeios por dia (manhã e tarde) num trajeto previamente definido e divulgado, de modo a que os clientes pudessem saber a que horas passa num determinado ponto, realizando para isso, uma rota ao longo de todo o concelho, visando a promoção/divulgação do mesmo. Cada bilhete tinha o custo de 2,00€ (dois euros) por pessoa, com direito a um passeio pelo concelho durante aproximadamente duas horas. No entanto devido ao surto pandémico da Covid-19 o passeio de comboio foi suspenso, tendo inicialmente o colaborador ficado em regime de lay off e por fim, tendo o contrato a termo certo terminus.

3.3. Investimentos

No ano transato não ocorreram investimentos por parte da empresa.

3.4. Princípios de Bom Governo

A Naturnorte cumpre integralmente os Princípios de Bom Governo das Empresas do sector Empresarial do Estado determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como a legislação e a regulamentação em vigor.

Salienta-se que a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público. Trata com respeito, igualdade e integridade os seus colaboradores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional, bem como todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, dispondo de procedimentos em matéria de aquisição de bens e serviços.

Neste sentido a Naturnorte cumpre os princípios de bom governo estabelecidos, na medida em que:

- 1) Toda a sua atividade, funcionamento e organização é balizada pelo cumprimento de toda a legislação e regulamentação em vigor;
- 2) A missão, objetivos e valores, logo que patentes no seu Regulamento Interno, serão amplamente divulgados no seu site;
- 3) Os Relatórios de Gestão e Prestação de Contas e outros documentos/informações de interesse relevante são igualmente disponibilizados na internet;

- 4) Todas as informações de interesse para os colaboradores são divulgadas pelos meios de comunicação internos;
- 5) A Naturnorte possui uma Estratégia de Desenvolvimento da Qualidade que é do conhecimento de todos os colaboradores;
- 6) Todas as transações são efetuadas no âmbito da legislação aplicável para aquisição de bens e serviços, e orientadas pelos princípios de equidade, igualdade de oportunidades, eficiência e economia;
- 7) Todas as políticas de recursos humanos, são definidas com base em critérios de respeito, integridade, equidade, igualdade, produtividade e eficiência;
- 8) Existe um plano de formação com vista à valorização profissional e pessoal de todos os colaboradores;
- 9) No final de cada exercício económico é elaborado o presente documento, que depois de aprovado pelo Conselho de Administração, é enviado para as entidades tutelares e de fiscalização. O Fiscal Único procede igualmente à fiscalização do exercício emitindo o seu relatório e respetivo parecer.
- 10) De três em três anos é elaborado o Plano Estratégico para o triénio em análise.
- 11) Sempre que solicitado a empresa presta as informações necessárias às Entidades Tutelares, de Supervisão e Fiscalização.

Deste modo, a orientação do funcionamento e desenvolvimento da atividade das empresas públicas deve seguir no sentido de obter níveis adequados de satisfação das necessidades da empresa e na expansão em conformidade com parâmetros rigorosos de qualidade, eficiência e eficácia, contribuindo, assim, para um equilíbrio económico-financeiro da mesma.

Além disso, as orientações e objetivos de gestão resultam de uma análise económica profunda elaborada pelo Conselho de Administração, assim como pelos diversos despachos emanados pela tutela, monitorizados no decorrer do exercício pelas entidades competentes.

3.4.1. Orientações de Gestão

A Naturnorte tem por objetivos primordiais o reforço da transparência do posicionamento e da atuação da empresa; o alcance de políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável; a prestação de um serviço ao público de excelência; e a implementação de medidas de prevenção da corrupção, concretizando, para isso, padrões de ética e de conduta, de valorização dos recursos disponíveis e de promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades.

Assim, o Conselho de Administração da Naturnorte, no decurso do ano de dois mil e vinte, apesar das contingências, procurou incrementar orientações estratégicas e objetivos específicos para cumprir com as orientações emanadas da tutela e dos acionistas, os quais consistiam em zelar pelo bom nome e reputação da Empresa Municipal e da estrutura acionista; garantir uma gestão financeira ativa e o cumprimento do orçamento; e, por último, melhorar a funcionalidade e qualidade dos espaços envolventes.

3.4.2. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A aquisição de bens e serviços, bem como a contratação de empreitadas regem-se pelas normas de contratação pública reguladas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro, alterado pela Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, Decreto Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, Lei nº 3/2010, de 27 de Abril, Decreto Lei nº 149/2012, de 12 de Julho, Decreto Lei 111-B/2017 de 31 de Agosto e 42/2017, de 30 de Novembro.

4. Análise Económica e Financeira

4.1. Resultados do ano

4.1.1. Resultados Líquidos

O Resultado Líquido do exercício regista um montante negativo de 287.408,30€ (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e oito euros e trinta cêntimos), correspondendo a um decréscimo na ordem dos -208,75% comparativamente ao período homólogo, fruto da suspensão da atividade do complexo resultante da ocorrência do sismo, bem como do surto pandémico da Covid-19.

	Resultado Líquido
2019	264.283,99€
2020	(287.408,30)€

Quadro 4 – Resultados Líquidos

4.1.2. Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA)

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos referentes ao ano de 2020 registaram um saldo negativo no montante de 248.343,50€ (duzentos e quarenta e oito mil e trezentos e quarenta e três euros e cinquenta cêntimos), que representa uma variação de -167,33%.

Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	
2019	368.835,24€
2020	(248.343,50)€

Quadro 5 – Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

4.1.3. Rendimentos de Exploração

Como se pode verificar no quadro abaixo, a rubrica *Vendas e Serviços Prestados* representam a maior fonte de receita à semelhança do ano transato.

Rubricas	Exercícios		Variação %
	2019	2020	
Vendas e serviços prestados	1.097.846,54€	154.719,88€	-85,91
Subsídios à exploração	-	132.180,94€	-
Outros rendimentos e ganhos	12.564,59€	5.637,96€	-55,13
Total	1.110.411,13€	292.538,78€	-73,65

Quadro 6 – Rendimentos de Exploração

4.1.4. Gastos de Exploração

Através de uma análise ao quadro seguinte é possível verificar que a rubrica *Gastos com o Pessoal* representa a maior porção de importe à empresa, atingindo os 72,61%. Nesta rubrica ocorreu um decréscimo de aproximadamente 16%, uma vez que não foram efetuados contratos a termo certo na época alta (verão) nas Grutas e Centro do Vulcanismo de São Vicente à semelhança de anos anteriores.

Rubricas	Exercícios		Variação %
	2019	2020	
Fornecimento e serviços externos	179.774,88€	133.794,28€	-25,58
Gastos com o pessoal	450.379,89€	378.454,26€	-15,97
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros gastos e perdas	8.849,26€	8.931,63€	+0,93
Total	639.004,03€	521.180,17€	-18,44

Quadro 7 – Gastos de Exploração

4.1.5. Fundos Libertos

Os fundos libertos de 2020 são manifestamente inferiores (-244,60%) relativamente ao ano de 2019, conforme se pode comprovar no quadro abaixo exposto.

Rubricas	Exercícios		Variação%
	2019	2020	
Resultado líquido	264.283,99€	(287.408,30)€	-208,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38.810,12€	38.635,59€	-0,45
Provisões	-	-	-
Fundos libertos	225.473,87€	(326.043,89)€	-244,60

Quadro 8 – Fundos Libertos

4.1.6. Situação Financeira e Patrimonial

O quadro seguinte demonstra a evolução da situação patrimonial referente aos anos de 2019 e 2020, onde se pode verificar que ocorreu uma redução no total do ativo não corrente na ordem dos -22,57%.

Ativo	Exercícios		Variação%
	2019	2020	
Ativo Não Corrente:			
Ativos fixos tangíveis	1.023.260,82€	984.625,23€	-3,78
Outros ativos financeiros	93.097,18€	94.346,00€	+1,34
<i>Total do ativo não corrente</i>	<i>1.116.358,00€</i>	<i>1.078.971,23€</i>	<i>-3,35</i>
Ativo Corrente:			
Inventários	54.008,26€	52.515,71€	-2,76
Clientes	73.427,32€	34.193,13€	-53,43
Estado e outros entes públicos	13.649,87€	19.699,15€	+44,32
Diferimentos	5.784,98€	955,63€	-83,48
Caixa e depósitos bancários	334.837,21€	51.697,01€	-84,56
<i>Total do ativo corrente</i>	<i>482.568,11€</i>	<i>159.060,63€</i>	<i>-67,04</i>
Total do Ativo	1.598.926,11€	1.238.031,86€	-22,57

Quadro 9 – Evolução do Ativo

No que diz respeito ao Capital Próprio e Passivo, em ambos ocorreram decréscimos fruto da suspensão da atividade. O Capital Próprio desceu na ordem dos -19,72% e o Passivo na ordem dos -47,46%, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Capital Próprio e Passivo	Exercícios		
	2019	2020	Variação%
Capital Próprio:			
Capital subscrito	85.000,00€	85.000,00€	-
Reservas legais	66.060,26€	79.274,46€	+20,00%
Resultados transitados	1.041.957,70€	1.293.027,49€	+24,10%
Resultado líquido do período	264.283,99€	(287.408,30)€	-208,75%
Total do capital próprio	1.457.301,95€	1.169.893,65€	-19,72%
Passivo Corrente:			
Fornecedores	44.271,10€	5.768,72€	-86,97%
Estado e outros entes públicos	30.563,43€	6.231,21€	-79,61%
Outras contas a pagar	66.789,63€	62.411,50€	-6,56%
Total do passivo	141.624,16€	74.411,43€	-47,46

Quadro 10 – Evolução do Capital Próprio e do Passivo

4.1.7. Fundo de Maneio

Tal como se pode verificar no quadro seguinte apresentado, o fundo de maneio é positivo em ambos os anos, tendo ocorrido um decréscimo na ordem dos -75,17% em 2020.

Rubricas	Exercícios	
	2019	2020
Ativo Corrente	482.568,11€	159.060,63€
Passivo Corrente	141.624,16€	74.411,43€
Fundo de maneio	340.943,95€	84.649,20€

Quadro 11 - Fundo de Maneio

4.1.8. Rácios de Natureza Económica



Rubricas	Exercícios	
	2019	2020
Rendibilidade do ativo (ROI) ¹	+16,53%	-23,21%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) ²	+18,14%	-24,57%

Quadro 12 - Rácios de Natureza Económica

¹ Resultados Líquidos / Ativo Total Líquido

² Resultados Líquidos / Capitais Próprios

Desde abril de 2020 que a empresa não obtém quaisquer receitas de bilheteira, por ter ocorrido uma quebra abrupta e total dos visitantes, causadas pelas medidas de combate à propagação da Covid-19, bem como do encerramento forçado das grutas na sequência das consequências provocadas pelo sismo de magnitude de 5,3 da escala de Richter ocorrido no dia 07.03.2020. Por tais razões a Naturnorte quebrou um ciclo de vários anos de crescimento. No entanto, o Conselho de Administração já se encontra a trabalhar em novas estratégias para futuramente, após as obras de requalificação necessárias, voltar ao ativo e manter os níveis de excelência que obteve até ao ano de 2019.

4.2. Riscos

As deliberações tomadas pelo Conselho de Administração assentam em princípios de prudência, fazendo com que se considere que as obrigações assumidas, a 31 de dezembro do ano transato, não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.



4.3. Ações/Quotas Próprias

Durante o período económico em análise não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias, salientando-se que a empresa não é detentora de quotas ou ações próprias.

4.4. Negócios entre Empresas e os seus Gestores

Não foram efetuados negócios entre a entidade e os seus administradores, não tendo sido concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

4.5. Sucursais

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

4.6. Débitos ao Setor Público Estatal com Pagamentos em Mora

A Naturnorte não regista quaisquer dívidas em mora perante o sector público estatal.

4.7. Situação face à Segurança Social

Não existem quaisquer dívidas em mora perante a Segurança Social.

4.8. Eventos Subsequentes

Após o termo do exercício de 2019 não ocorreram acontecimentos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras da empresa.

4.9. Proposta de Aplicação de Resultados

A Naturnorte, no período económico findo a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte apresentou um Resultado Líquido negativo no montante de 287.408,30€ (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e oito euros e trinta cêntimos), propondo, deste modo, a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Aplicação dos Resultados	
Ano	2020
Resultados Transitados	(287.408,30)€

Quadro 13 – Proposta de Aplicação de Resultados

5. Perspetivas Futuras

A pandemia provocada pelo Covid-19 veio alterar todos os objetivos que o Conselho de Administração tinha definido para o ano de 2020, em termos de implementação de novas estratégias de negócio, pelo que neste momento é mais prudente aguardarmos até que a situação se verifique positiva.

Acresce salientar que a empresa neste momento olha para o futuro com a devida prudência e cautela com vista à boa gestão do bem público. Dadas as características do setor em questão e de melhores expectativas macroeconómicas a longo prazo para

Portugal, antevê-se uma evolução cautelosa, não isenta de desafios, quer de carácter regulatório, quer ao nível do desenvolvimento e funcionamento da atividade.

Por último, a Naturnorte conta com uma importante base de acionistas que está muito empenhada no seu sucesso, sendo esse apoio um importante catalisador que irá permitir que a empresa municipal continue a olhar para o futuro com a necessária confiança.

6. Considerações finais

Ao elaborar o presente projeto, o Conselho de Administração tomou em consideração a responsabilidade da Naturnorte ser uma entidade pública, imbuída, por isso, de um carácter de preocupação social mais elevada que as restantes organizações privadas. Para tal, importa agora maximizar o aproveitamento das infraestruturas, modificando-as para no futuro melhor as podermos utilizar.

Por fim, é de realçar que o Conselho de Administração da empresa pretende cumprir o exercício com total transparência e rigor técnico na otimização de recursos e na preocupação social decorrente da sua missão, garantindo e cumprindo, para tal, todas as determinações e linhas orientadoras do seu acionista.

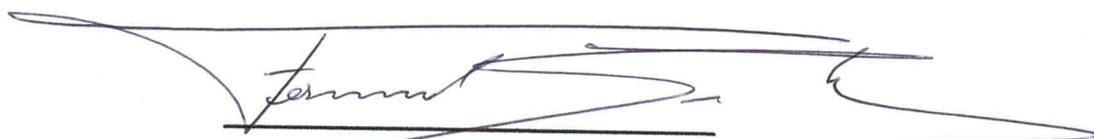
Posto isto, o Conselho de Administração deseja expressar o seu profundo reconhecimento:

- A todos os clientes;
- A todos os parceiros/agências e operadores turísticos que colaboram com a Naturnorte;
- A todos os fornecedores que colaboram com a empresa;
- Ao Revisor Oficial de Contas e ao Contabilista Certificado pela forma como acompanhou a atividade da empresa e pela disponibilidade evidenciada;

- Ao acionista pela confiança, cooperação e pelo contínuo apoio institucional, decisivos no prosseguimento dos projetos, na consolidação dos desígnios da empresa e a boa execução dos objetivos durante o exercício decorrido;
- Aos colaboradores pelo esforço, dedicação e competência sempre demonstrados e cujo contributo tem sido fundamental para o progresso da Naturnorte;
- Aos munícipes pela constante entrega e orgulho em promover o complexo Grutas e Centro do Vulcanismo de São Vicente.

São Vicente, 18 de junho de 2021.

O Conselho de Administração,

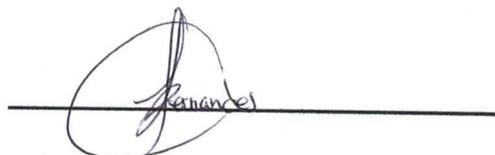


(Fernando Simão de Góis)

NATURNORTE - Gestão de Equipamentos
Coletivos e prestação de Serviços, E.M. S.A.



(Jhenny Lady Pinto Figueira)



(Jhony José da Costa Fernandes)

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
A 31/12/2020



1 - Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade:

NATURNORTE – Gestão de Equipamentos Colectivos e prestação de Serviços, E.M., S.A.

Sede Social: Sítio do Pé do Passo

Endereço eletrónico: geral@naturnorte.pt

Página Internet: <http://www.grutasecentrodivulcanismo.com>

Natureza da atividade: A promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação e da cultura, designadamente a gestão das Grutas Vulcânicas e do Centro de Vulcanismo de São Vicente, e desenvolvimento de atividades e prestação de serviços culturais e educacionais nos mesmos ou em outros equipamentos coletivos que a empresa venha a promover e/ou a gerir; e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público no concelho de São Vicente.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 - Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo. Excetuam-se os terrenos e edifícios que se encontram mensurados pelo modelo de revalorização e os instrumentos financeiros que se encontram mensurados pelo modelo do justo valor.

Nas notas a cada uma das contas, foram incluídas explicações sobre as bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

– Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis foram mensurados inicialmente pelo seu custo histórico, tendo sido aplicado nas mensurações subsequentes o modelo do custo.

– Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Após o reconhecimento inicial, os terrenos e edifícios são mensurados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações sempre que haja indícios de que o valor escriturado se afaste do seu justo valor ou pelo menos uma vez em cada três anos.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

– Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da empresa vigentes à data do balanço.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

– Inventários

Os inventários são registrados ao menor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor líquido realizável é registrada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado.

– Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo ou custo amortizado menos quaisquer perdas por imparidade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.



As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma.

– Caixa e depósitos bancários

Esta item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rúbrica “financiamentos obtidos”.

– Provisões

As provisões são constituídas quando a empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada.

As perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível.

– Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

– Financiamentos bancários

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o regime da periodização económica.

– Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Venda de bens

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;



- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- a fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3- Fluxos de caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

3.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

3.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalha-se como segue:

Descrição	saldo Inicial	Débitos	Créditos	saldo final
caixa	6 044,92 €	180 945,87 €	186 990,79 €	0,00 €
Depósitos à Ordem	328 792,29 €	400 730,49 €	677 825,77 €	51 697,01 €
Caixa e seus equivalentes	334 837,21 €	581 676,36 €	864 816,56 €	51 697,01 €

4 - Partes relacionadas

4.1 - Identificação das partes relacionadas:

A Empresa é detida pelas seguintes entidades:

- Município de São Vicente, com uma participação de 17 000 ações, a que corresponde 100 % do Capital Social da empresa;

O pessoal Chave de gestão corresponde ao conselho de administração, que é constituído por:

Presidente: FERNANDO SIMÃO DE GÓIS;

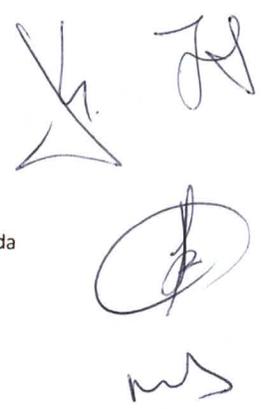
Vice-presidente: JHENNY LADY PINTO FIGUEIRA;

Vogal: JHONY JOSÉ DA COSTA FERNANDES

4.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

Todas as remunerações e outros benefícios (encargos com remunerações, seguros ...) apresentados são exclusivamente benefícios de curto prazo. Não existem benefícios de longo prazo, benefícios por cessação de emprego nem pagamentos em ações.

JHENNY LADY PINTO FIGUEIRA	
Vice-presidente conselho administração	
Remuneração	Total
Abonos	
1-Vencimento	21 600,00
2-Subs.Alimentação	977,04
17-Subsídio Férias	1 800,00
18-Subsídio Natal	1 500,00
22-Despesas representação	3 240,00
Total de Abonos	29 117,04
Descontos	
301-Seg.Social	2 450,03
305-I.R.S.	4 696,00
402-Baixa de Caixa	6 000,00
Total de Descontos	13 146,03
Encargos	
501-Encargo Seg Social	5 289,78
Total de Encargos	5 289,78
Abonos + Encargos	34 406,82



5 – Ativos fixos tangíveis

a) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Descrição	terrenos e recursos naturais	edifícios e outras construções	equipamento básico	equipamento transporte	equipamento administrativo	outros AFT	Total
Quantia Bruta escriturada inicial	422 758,54	754 540,77	30 936,57	40 399,85	25 091,76	15 348,84	1 289 076,33
depreciações acumuladas iniciais		156 835,92	30 936,57	40 399,85	25 091,76	12 551,41	265 815,51
Quantidade líquida escriturada Inicial	422 758,54	597 704,85	0,00	0,00	0,00	2 797,43	1 023 260,82
movimentos do período	0,00	-38 054,40	0,00	0,00	0,00	-581,19	-38 635,59
Total adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
aquisições em 1ª mão							0,00
outras aquisições							0,00
Total das diminuições	0,00	38 054,40	0,00	0,00	0,00	581,19	38 635,59
depreciações		38 054,40		0,00		581,19	38 635,59
alienações			0,00	0,00		0,00	0,00
abates							0,00
Quantia líquida escriturada final	422 758,54	559 650,45	0,00	0,00	0,00	2 216,24	984 625,23

b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 7
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

6 - Inventários:

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

a) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

	31-12-2020	31-12-2019
Mat. Primas, subsd e de consumo	6 632,16	5 445,28
mercadorias	45 883,55	48 562,98
prod. Acabados e intermédios		
produtos e trabalhos em curso		
adiant. p/conta compras		
sub total	52 515,71	54 008,26
Perdas por imparidade acumuladas		
INVENTÁRIOS	52 515,71	54 008,26
Inventário Inicial	54 008,26	43 247,07
Compras	18 209,56	113 333,05
Regularizações	0,00	0,00
Inventário final	52 515,71	54 008,26
CUSTO DAS VENDAS	19 702,11	102 571,86

7 – Rédito

7.1 Políticas contabilísticas adotadas para o rédito incluído os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Os rendimentos totalizam 154 719.88 euros e cada uma das atividades acima referidas contribuíram da seguinte forma:

- Entradas (79.30%) com 122 699.70 euros;
- Loja conveniência (8.20 %) com 12 685.21euros;
- Bar (6.81%) com 10537.81 euros;
- Estacionamento auto silo (5.16%) com 7977.49 euros;
- Viagens comboio (0,53%) com 819.67 euros;

7.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Categorias	2020		2019	
vendas	12 685,21		111 903,60	
Prestação de serviços	142 034,67		985 942,94	
Total	154 719,88		1 097 846,54	

9 – Acontecimentos após a data do balanço

9.1 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas

Não existiram quaisquer eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data

10 - Impostos sobre o rendimento

10.1 - Principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

Descrição	Valor do período	Valor período anterior
Resultado antes de impostos do período	-287 220,46 €	330 025,12 €
Imposto corrente	429,21 €	65 741,13 €
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	0,00 €	65 741,13 €
Tributações autónomas	429,21 €	403,56 €
Taxa efetiva de imposto	0,00%	19,92%

10.2 – Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte:

Descrição	período atual			período anterior		
	Resultados	ap. Próprio	total	Resultados	ap. Próprio	total
Imposto do período	0,00		0,00	65 741,13		65 741,13
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Imposto do período descriminado						
Imposto diferido						
Imposto corrente	0,00		0,00	65 741,13		65 741,13

10.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	período atual		Período anterior	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto Sobre Rendimento	1 500,00	429,21	79 377,00	65 741,13
Pagamentos por conta	1 500,00	0,00	79 377,00	0,00
Normais	1 500,00		79 377,00	
Especiais	0,00		0,00	
Retenções IRC	0,00		0,00	
Imposto estimado		429,21		65 741,13
Retenções IRS		0,00		1 633,60
IVA	18 386,99			13 316,20
Contribuições Segurança Social		6 222,22		15 587,72
Fundo de Garantia compensatória		8,99		11,91
Total	19 886,99	6 660,42	79 377,00	96 290,56

11 – Instrumentos Financeiros

11.1 – Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e ganhos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Período atual				
	mensurados ao justo valor	mensurados ao custo amortizado	mensurados ao custo	imparidade acumulada	reconhecimento inicial
Ativos financeiros:	89 365,21	0,00	45 447,14	0,00	0,00
Clientes	0,00		34 193,13		
Investimentos financeiros	89 365,21		4 980,79		
outras contas a receber			6 273,22		
Passivos financeiros	0,00	0,00	68 180,22	0,00	0,00
Fornecedores	0,00		5 768,72		
Outras contas a pagar	0,00		62 411,50		
Ganhos e perdas líquidos de passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

comparativo

Descrição	Período anterior				
	mensurados ao justo valor	mensurados ao custo amortizado	mensurados ao custo	imparidade acumulada	reconhecimento inicial
Ativos financeiros:	89 365,21	0,00	77 159,29	0,00	0,00
Clientes	0,00		73 427,32		
Investimentos financeiros	89 365,21		3 731,97		
outras contas a receber	0,00		0,00		
Passivos financeiros			111 060,73		
Fornecedores	0,00	0,00	44 271,10	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00		66 789,63		
Ganhos e perdas líquidos	0,00		0,00		
de passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11.2 Indicação das quantias de capital social nominal e capital social por realizar e respetivos prazos de realização:

O capital social de 85 000,00 euros encontra-se totalmente realizado.

11.3 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital social de 85 000,00 euros corresponde a 17000 ações nominativas, com o valor nominal de 5,00 euros.

12 – Benefícios dos empregados

12.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Período atual		Período anterior	
nº médio de pessoas	nº de horas trabalhadas	nº médio de pessoas	nº de horas trabalhadas
32,00	28 256,00	37,00	47 728,00
32,00	28 256,00	37,00	47 728,00
32,00	28 256,00	37,00	47 728,00
32,00	28 256,00	37,00	47 728,00
32,00	28 256,00	37,00	47 728,00
13,00	11 528,00	15,00	18 680,00
19,00	16 728,00	22,00	31 048,00

12.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor do período	Valor do período anterior
Gastos com o pessoal	378 454,26	450 379,89
Remunerações órgãos sociais	23 117,04	30 844,80
Remunerações do pessoal	299 021,54	330 699,33
Encargos sobre remunerações	54 032,50	76 252,67
seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	2 055,42	6 379,41
Outros gastos com o pessoal	227,76	6 203,68

[Handwritten signatures and initials]

13 . Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 Informação por atividade económica

descrição	Do período		Do período anterior	
	atividade	total	atividade	total
vendas	12 685,21	12 685,21	111 903,60	111 903,60
prestação de serviços	142 034,67	142 034,67	985 942,94	985 942,94
Compras	18 209,56	18 209,56	113 333,05	113 333,05
fornecimentos e serviços externos	139 294,28	139 294,28	179 774,88	179 774,88
custo das merc. Vendidas e mat consumidas	19 702,11	19 702,11	102 571,86	102 571,86
custo das merc. Vendidas	16 977,95	16 977,95	70 958,99	70 958,99
custo das mat consumidas	2 724,16	2 724,16	31 612,87	31 612,87
gastos com pessoal	387 385,89	387 385,89	459 229,15	459 229,15
remunerações	378 454,26	378 454,26	450 379,89	450 379,89
outros gastos	8 931,63	8 931,63	8 849,26	8 849,26
Ativos fixos tangíveis	984 625,23	984 625,23	1 023 260,82	1 023 260,82
valor liquido final	984 625,23	984 625,23	1 023 260,82	1 023 260,82
propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00

13.2 Informações sobre o mercado geográfico

Descrição	Mercado interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
vendas	12 685,21			12 685,21
prestação de serviços	142 034,67			142 034,67
fornecimentos e serviços externos	139 294,28			133 794,28
aquisição ativos fixos tangíveis	0,00			0,00

quadro comparativo do período anterior

Descrição	Mercado interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
vendas	111 903,60			111 903,60
prestação de serviços	985 942,94			985 942,94
fornecimentos e serviços externos	179 774,88			179 774,88
aquisição ativos fixos tangíveis	0,00			0,00

13.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a administração fiscal, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à segurança social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

- Remuneração do fiscal único

O fiscal único irá receber pelo exercício do seu cargo no período de 2020 o valor de 5 000,00 euros, que serão faturados no próximo período.

[Handwritten signatures and initials]

- Negócios entre a Entidade e o pessoal chave de gestão.

Durante o período não ocorreram negócios entre a entidade e o pessoal chave da gestão, vedados pelo artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, designadamente não foram realizados adiantamentos, nem foram concedidos quaisquer empréstimos.

14- Outras informações

14.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

FSE	do período	do período anterior
serviços especializados	101 710,11	107 382,80
trabalhos especializados	78 605,57	34 980,57
publicidade e propaganda	15 310,52	38 445,20
vigilância e segurança	852,36	827,70
honorários	705,39	9 248,89
conservação e reparação	4 846,99	16 321,44
serviços bancários	1 389,28	7 559,00
outros	0,00	0,00
Materiais	2 219,81	15 881,07
ferramentas e utensílios	1 810,62	12 888,61
livros e documentação técnica	0,00	19,86
material de escritório	409,19	2 972,60
outros	0,00	0,00
Energia e fluidos	18 331,30	38 839,39
eletricidade	16 941,80	35 098,13
combustíveis	1 014,98	3 378,62
água	374,52	362,64
Deslocações e estadas	2 859,36	1 854,86
Deslocações e estadas	2 529,79	0,00
transporte de mercadorias	329,57	1 854,86
Serviços diversos	14 173,70	15 816,76
Comunicação	2 329,08	2 217,22
seguros	6 638,10	2 013,08
contencioso e notariado	80,00	80,00
despesas de representação	3 717,23	3 088,06
limpeza higiene e conforto	1 409,29	5 689,36
outros serviço	0,00	2 729,04
Total	139 294,28	179 774,88

14.2 Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos

- Diferimentos:

Seguros

- . seguro artes espetáculos 225.90 euros
- . Seguro responsabilidade civil 330.00 euros

CARLOS MEDeiros
Contabilista Certificado
N.º 12345

. Seguros de viaturas	399.69 euros
Total	955.63 euros

14.3 Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

outros rendimentos	período	período anterior
descontos pp obtidos	0,00	0,00
rendimentos imóveis	1 883,60	9 022,70
outros rendimentos e ganhos	3 754,36	3 541,89
total outros rendimentos	5 637,96	12 564,59

outros gastos	período	período anterior
IMI	1 059,67	1 040,13
IMPOSTO DE SELO	0,00	0,00
IVA	30,38	10,64
IUC	208,10	208,10
Taxas		25,00
Perdas em inventários		
Perdas invest Fin	0,00	0,00
outras	2 133,47	7 565,39
total outros gastos	3 431,62	8 849,26

15. Subsídios e Apoios do Governo

Subsídios e apoios do governo

Lay off	99 180,94
Apoio Covid-19 Município S. Vicente	33 000,00

Resultam do reconhecimento em subsídios à exploração que visam compensar a entidade empregadora pelos encargos relacionados com a contribuição retributiva, devida aos trabalhadores no período de *lay off*.

O apoio empresarial do Município de São Vicente (FESEMSV – COVID – 19) destinou-se a apoiar o tecido empresarial do Município devida à pandemia COVID- 19 no montante de 1000,00 euros por trabalhador com referência às condições previstas no Regulamento do Fundo de Emergência Social e Empresarial do Município de São Vicente – COVID -19 (FESEMSV -COVID -19).

São Vicente, 25 de junho de 2021

O contabilista Certificado

CARLOS MEDEIROS
 Contabilista Certificado
 Nº 86670

O conselho de administração

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE - Gestão de Equipamento
 e Serviços e prestação de Serviços, E.M. S



Fortunato & Associado - S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

NATURNORTE – Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M., S.A.

EXERCÍCIO DE 2020

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

I – RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, apresentamos o nosso relatório sobre a ação fiscalizadora, bem como parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pela Administração da NATURNORTE – Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M., S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2 - ÂMBITO DA ACTIVIDADE FISCALIZADORA

- 2.1 – No âmbito da nossa actividade fiscalizadora, procedemos, com regularidade, às conferências que nos pareceram convenientes, não tendo sido encontradas quaisquer irregularidades;
- 2.2 – Mantivemos com a Administração as relações necessárias, para acompanhar as decisões mais relevantes da mesma;
- 2.3 – Verificámos, com frequência, os registos contabilísticos, a fim de nos certificarmos da fiabilidade dos números evidenciados pela contabilidade;
- 2.4 – Verificámos as reconciliações bancárias e, por amostragem, as restantes contas correntes;
- 2.5 - Acompanhámos o encerramento das Contas, bem como a elaboração da Demonstração de Resultados, do Balanço;
- 2.6 - Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas e com ênfases, que aqui se dá como integralmente transcrita.



Fortunato & Associado - S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

II – PARECER

O Relatório de Gestão da Administração está elaborado segundo as normas legais citando os factos mais relevantes da vida da empresa, neste exercício.

Assim, e tendo em atenção o exposto no nosso Relatório e Certificação Legal de Contas, somos de parecer que:

- a) O relatório e os documentos de prestação de Contas do exercício de 2020 satisfazem as disposições legais e estatutárias;
- b) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020;
- c) Seja aprovada a aplicação de resultados proposta pela Administração.

Montijo, 21 de junho de 2021

Fortunato & Associado, S.R.O.C., Lda.
Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887



Fortunato & Associado - S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **NATURNORTE – Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.244.305,08 euros e um total de capital próprio de 1.169.893,65 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 287.408,65 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias reportadas na seção “Base para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NATURNORTE – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS COLETIVOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, E.M., S.A em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2015, não foi renovado o contrato de prestação de serviços de gestão e exploração das grutas naturais de São Vicente, celebrado entre a NATURNORTE - Gestão de Equipamentos Coletivos e Prestação de Serviços, EM, S.A. e a empresa SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, datado de 21 de janeiro de 2015. Por esse facto, e considerando o disposto no n.º 4 da cláusula 2ª do referido contrato, a SDNM exigiu ser ressarcida do custo dos investimentos realizados no local, encontrando se ainda em discussão o montante da eventual indemnização a pagar pela NATURNORTE, não contemplando as demonstrações financeiras qualquer valor para esse fim.

A rubrica de inventários totaliza 52.515,71 euros e não foi sujeita a qualquer avaliação quanto a necessidade de constituição de imparidade, nem foi sujeita a verificação física desde o encerramento da atividade da empresa (março de 2020), pelo que não nos foi possível validar o respetivo saldo e a constituição de eventuais imparidades, nem o apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas que totalizou 19.702,11 euros.



Fortunato & Associado - S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

O controlo das rubricas de clientes que totaliza 34.193,13 euros e das Vendas e Prestação de Serviços que totaliza 154.719,88 euros, não é eficaz, nem existe conciliação com o software de faturação, pelo que não nos podemos pronunciar quanto às respetivas rubricas, incluindo quanto à necessidade de constituição de imparidade dos saldos a receber.

Após o sismo que afetou a Região Autónoma da Madeira a 7 de março de 2020 foi necessário encerrar a atividade da empresa, a esta data não é possível aferir se a empresa tem condições financeiras para fazer face às necessidades de investimento, pela esta situação associada aos efeitos da pandemia da Covid 19 coloca em questão a continuidade da Entidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Fortunato & Associado - S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



Fortunato & Associado - S.R.O.C., Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Montijo, 21 de junho de 2021

Fortunato & Associado, S.R.O.C., Lda.
Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887